

## HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ENFERMAGEM: UTILIZANDO-SE DA HISTÓRIA ORAL

### *Emanoela Therezinha Bessa Mendes*

Enfermeira. Discente do Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual do Ceará (CMAE/UECE). Bolsista da Fundação Cearense de Amparo a Pesquisa (FUNCAP)

E-mail: emanoelabessa@hotmail.com

### *Silvia Maria Nóbrega-Therrien*

Enfermeira. Pós-doutora em Educação pela Universidade de Valência, Espanha. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista em Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

E-mail silnth@terra.com

## Introdução

### Sobre a Relação História e Memória

As palavras Memória e História evocam o mesmo tempo: o passado. Daí a identificação entre os dois termos. Mas, apesar da matéria-prima comum, os conceitos de Memória e História não se confundem. (JUCÁ, 2011; p. 33) Ainda hoje, existe a compreensão de que História se desenvolveu sobre o modelo da memorização e da anamnese, e que a Memória fornece o status de legitimidade a História. Contudo Meneses (1999 citado por JUCÁ, 2001, p.13) esclarece que a Memória deve ser objeto da História e não seu objetivo, pois a Memória é uma ferramenta que reconstrói fatos, acontecimentos, experiências individuais e coletivas em tempos históricos diferenciados, aproximando-nos de saberes de outras épocas. (OLI-

VEIRA, 2001; p. 19) E a História, por sua vez, não é escrita com o intuito de exibir as variações mnemônicas e sim, o vínculo inegociável com problematizações sobre as relações que o presente estabelece com o passado. (RAMOS, 2011; p.31)

A Memória está nos próprios alicerces da História, mas só muito recentemente se tornou objeto de reflexão da historiografia. Só no fim da década de 1970 é que os historiadores da Nova História começaram a trabalhar com a Memória. Quando os historiadores começaram a se apossar da Memória como objeto da História, o principal campo a trabalhá-la foi a História Oral. Nessa área, muitos estudiosos têm-se preocupado em perceber as formas da Memória e como esta age sobre nossa compreensão do passado e do presente. (SILVA e SILVA, 2009)

Le Goff (1994) ao condensar conhecimentos sobre a Memória nas ciências humanas, *a priori* se remeteu ao conceito biológico que define a mesma, contudo, o citado historiador ultrapassa essa visão biológica, ao caracterizar a Memória como um elemento essencial do que se costuma chamar de Identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. (LE GOFF, 1994; p.423 e 476) O autor ainda esclarece que a Memória procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro, todavia não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder, sendo assim, alerta que devemos trabalhar de forma que a Memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1994; p. 476 e 477) A relação entre Memória e Identidade é

ainda comentada por Araripe (2001; p.72) quando infere que a Memória é um fenômeno construído, consciente e inconscientemente, que mantém estreita ligação com a questão da Identidade, já que devemos pensar a questão da Identidade a partir das representações coletivas. Identidade no que se refere ao que apresentamos para nós e para os outros e que nos faz representar. É a Memória, dessa forma, elemento indispensável na constituição do sentimento de Identidade. Pollak (1992) traz outra importante contribuição na discussão da relação entre Identidade e Memória, ao elencar três elementos constitutivos da Identidade: os “acontecimentos”, as “pessoas e personagens” e os “lugares” da Memória e ao definir que a Memória é um fenômeno construído (consciente ou inconsciente), como resultado do trabalho de organização (individual ou social). Proust (1958) conceitua a Memória como a garantia de nossa Identidade, é o resultado da união de tudo o que fomos e fizemos a tudo que somos e fazemos. Esse estabelecimento de relações entre o eu de hoje com o eu de ontem permite o estabelecimento de conexões importantes, inclusive, com o que há de vir, complementa Garcia. (2001; p. 95) Jucá (2011; p.43) conclui a relação em Memória e Identidade ao compreender a Memória como fator imprescindível ao delineamento de uma Identidade, pois a sua busca renova o valor do conhecimento histórico, tornando mais aguçado o interesse em estudar o passado, em virtude da necessidade de associá-lo a compreensão do presente.

### Acerca dos Múltiplos Sentidos ao Conceito de Memória

Sobre as várias conotações do conceito de Memória diante dos diversos campos do saber, destaca-se a contribuição do sociólogo Maurice Halbwachs, que em 1950, discorreu sobre o termo Memória coletiva mediante uma visão dukeimiana e a perspectiva construtivista de Michael Pollak.

Halbwachs<sup>1</sup>, considerado o primeiro teórico do conceito de Memória coletiva, diferentemente de seus contemporâneos como Marcel Proust, William James e Sigmund Freud, que estavam todos, à sua maneira, voltados para o estudo da Memória como forma de conhecimento da realidade, amplamente baseada em características subjetivas (SANTOS, 2003; p. 35); aponta para uma conceituação de Memória que evoca uma relação do grupo com o meio do qual faz parte, ressaltando que é através de uma comunidade afetiva que encontramos o indivíduo, que reconhece o individual enquanto ser social. (ARARIPE, 2001; p.71)

Segundo Mesquita (2001; p.130-133), Halbwachs utiliza a terminologia Memória coletiva para conceituar o processo de refazer a imagem do acontecimento através da lembrança. Ele parte da mesma lógica de Emile Durkheim de que os fatos sociais resumem-se as maneiras de sentir, pensar e agir, que são exteriores aos indivíduos. Assim, ele condiciona a Memória do indivíduo à Memória do grupo.

<sup>1</sup> Ele inicia os estudos sobre memória na década de 1920 com a publicação da obra “Os Contextos Sociais da Memória”, em 1925, e, em 1950 é publicada a obra póstuma “Memória Coletiva”.

As lembranças podem ser organizadas de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto existiriam Memórias individuais e, por assim dizer, Memórias coletivas. Em outras palavras, o indivíduo participaria de dois tipos de Memória. Ele adotaria duas atitudes muito diferentes e até opostas. Por um lado, suas lembranças teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal; por outro lado, ele seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais. (HALBWACHS, 2006; p.71)

Conforme Bosi (1994; p.54), Halbwachs não vai estudar a Memória, como tal, mas os quadros sociais da Memória. É o individual inserido nos mais diversos quadros sociais que dá a possibilidade de uma Memória coletiva, aquela que recompõe magicamente o passado. Isso significa que as nossas Memórias são sempre coletivas, pois nunca estamos sós, e para evocá-las sempre recorreremos ao espaço e ao tempo em que ocorreram, bem como a todos os envolvidos no acontecimento como forma de confirmar ou mesmo configurar e construir uma imagem mais próxima do presente: uma Memória.

Embora sejam os indivíduos que lembram, no sentido literal da expressão, são os grupos sociais que determinam o que é “memorável” e as formas pelas quais será lembrado, diferentemente da Memória histórica que é compreendida como a sucessão de acontecimentos marcantes na História de um país. Para Halbwachs, há inclusive uma nítida distinção

entre Memória coletiva e Memória histórica: pois enquanto existe, segundo ele, uma História, existem muitas Memórias. Enquanto a História representa fatos distantes, a Memória age sobre o que foi vivido. Objetivamente, Halbwachs aponta duas características principais que distinguem as Memórias coletivas das Memórias históricas. A primeira delas se relaciona ao fato de a Memória coletiva ser uma corrente de pensamento contínuo, não artificial, que retém o passado que ainda está vivo (ou que é capaz de viver na consciência do grupo) e se confina aos limites desse grupo. A História, pelo contrário, é construída a partir de muitas divisões e cortes temporais artificiais e se coloca acima dos grupos. A outra característica remete à existência de muitas Memórias coletivas, na medida em que cada grupo tem uma História, enquanto a História se pretende como universal. (CASADEI, 2010)

Nesse sentido, não seria possível trabalharmos a Memória como documento histórico. Essa posição hoje é muito contestada. Montenegro, por exemplo, considera que apesar de haver uma distinção entre Memória e História, essas são inseparáveis, pois se a História é uma construção que resgata o passado do ponto de vista social, é também um processo que encontra paralelos em cada indivíduo por meio da Memória.

Compreendemos a História como uma construção que ao resgatar o passado aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante através da Memória. Diferentemente de Halbwachs, veríamos a História e a Memória como, apesar de distintos, man-

tendo significativas intersecções. (MONTENEGRO, 1999; p. 17-18)

Mas a Memória não é apenas individual. Na verdade, a forma de maior interesse para o historiador é a Memória coletiva, composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, mas que não lhe pertencem somente, e são entendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo. (SILVA e SILVA, 2009) Bosi (1994, p.281) ainda esclarece que o tempo e a percepção coletiva acaba por engolir o individual, fazendo com que a percepção pessoal seja abrangida pela coletiva.

Jucá (2011) sintetiza a contribuição da obra de Halbwachs como decisiva para o reconhecimento da função social da Memória. A idéia expressa revela que a Memória por ser social é sempre vivida e compartilhada, ao passo que a História escrita torna-se impessoal, ou melhor, reflete apenas a interpretação do seu autor, tornando-se deveras limitada, se confrontada com a Memória de diversos indivíduos, que se torna plural. (JUCÁ, 2011; p.18) É neste ponto que para Mesquita (2001) insere-se Pollak ao privilegiar a análise da História mediante a Memória coletiva dos dominados, excluídos, marginalizados e minorias, e a busca pelas Memórias subterâneas. A teoria de Pollak parte de uma perspectiva construtivista, não se trata de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem são solidificados e dotados de duração, continuidade e estabilidade. Aplicada a Memória coletiva, essa abordagem irá se interessar pelos processos e atores que intervêm

no trabalho de constituição e de formalização das Memórias. (POLLAK, 1989; p.3) Hoje a função da Memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente. Na aurora da civilização grega ela era evidência e êxtase. (BOSI, 1994; p.89)

Nora (1993) compreendendo a Memória coletiva como o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado; expõe que a primeira vista este termo pode se opor ao conceito de Memória histórica. Segundo esta autora, a Memória se relaciona a uma experiência vivenciada, tendo como agentes grupos que passaram por diferentes experiências, mas mantendo traços comuns, frutos da experiência coletiva, sujeita à mudanças e permanências. A História, por sua vez, relaciona-se a um distanciamento e a uma preocupação constante com a crítica a ser apresentada. (JUCÁ, 2011; p.38) A Memória, por estar em constante evolução, é um objeto vulnerável a dialética da lembrança e do esquecimento. A História, enquanto representação do passado, se atrela a continuidades e descontinuidades temporais, sendo, pois, uma operação intelectual que demanda análise e discurso crítico. Por isso, segundo Nora, será preciso criar “lugares de Memória” para que a Memória exista em algum lugar. É necessário pensar a institucionalização dos lugares de Memória como um entrecruzar de dois movimentos: de um lado, uma transformação em termos de reflexão por parte da História; de outro, o fim de uma tradição de Memória.

Não obstante, conforme Peter Burke (2000), os historiadores se interessam ou precisam se interessar pela Memó-

ria, considerando dois pontos de vista: como fonte histórica e como fenômeno histórico. Sob o primeiro aspecto, além de estudarem a Memória com fonte para a História, os historiadores devem elaborar uma crítica da reminiscência, nos moldes da operação de análise dos documentos históricos. Na verdade, essa tarefa começou a ser cumprida em parte nos anos sessenta, quando alguns historiadores contemporâneos passaram a entender a relevância da História oral. No que tange ao segundo aspecto, os historiadores devem estar interessados no que o autor denomina “História social do lembrar”. Partindo-se da premissa de que a Memória social, como a individual, é seletiva, faz-se necessário identificar os princípios de seleção e observar como os mesmos variam de lugar para lugar, ou de um grupo para o outro, e como se transformam na passagem do tempo. (BURKE, 2000)

## O Caminho Metodológico a Ser Trilhado

### A Respeito da Utilização da História Oral

Ao realizarmos entrevistas temáticas *a priori* com professoras da EESVP e posteriormente com ex-alunas da EESVP, a fim de complementar a História da Formação da Enfermeira no Ceará a ser coletada em fontes impressas, serão colaboradores desta pesquisa, a princípio todos os sujeitos que tenham vivenciado a formação oferecida pela Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, no período compreendido entre os anos de 1943 e 1977, que aceitem participar da mesma

e que tenham condições intelectuais para fornecer seu depoimento. O ano de 1943 corresponde ao marco inicial de criação do Ensino de Enfermagem no Ceará e o ano de 1977, ao marco terminal em que a primeira turma da EESVP gradua-se sendo anexa à Fundação da Universidade Estadual do Ceará. Para tanto, optou-se pela História Oral<sup>2</sup> como técnica de constituição de fontes para o estudo da História da formação da enfermeira cearense, pois conforme Alberti (2006; p.155) ela permite o registro de testemunhos de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais e o acesso a ‘Histórias dentro da História’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado. A História Oral tem como matéria a Memória (MONTENEGRO, 1994; p.151) e consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente, permitindo o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. (ALBERTI, 2006; p.155 e165)

<sup>2</sup> A História Oral surgiu em meados do século XX, mais precisamente 1948, após a invenção do gravador a fita. Neste ano formou-se a *Columbia University Oral History Research*, por Allan Nevins e Loius Starr, em Nova York-EUA, as primeiras experiências se registraram através de entrevistas realizadas a princípio com lideranças políticas, envolvendo grandes empresários e representantes dos meios de comunicação, que é contrabalançada pela publicação *A voz do passado*, de Paul Thompson. No Brasil, a História Oral chega, em 1970, com o I Curso Nacional de História Oral, organizado pelo subgrupo de Historia Oral do Grupo de Documentação em Ciências Sociais, formado por representantes da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, da Fundação Getulio Vargas e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação; contudo, foi, sobretudo a partir da década de 90 que a História Oral passou a ser incorporada ao meio universitário em diversos pontos do país. (ALBERTI, 2006 e JUCÁ, 2011)

A História Oral é identificada por diferentes autores ora como método, ora como técnica, ora como disciplina, a partir de sua importância e de sua inserção no planejamento da pesquisa como produção do conhecimento. Conforme Rodrigues (2007, p.45) a matéria é polêmica, porque o próprio conceito de História Oral é objeto de controvérsias, sendo vista por alguns, como técnica de pesquisa<sup>3</sup>, para outros, como metodologia e ainda, como simples instrumento de coleta de dados. Como método a História Oral se trata de “[...] uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram [...]” (ALBERTI, 1990, p.13). Este método, por si só, não constitui em si mesmo um fim, mas é antes um meio de conhecimento (ALBERTI, 1990). Portelli (1997), entretanto, considera que o que interessa acerca da História Oral não é a sua classificação teórico-metodológica, mas o significado desta.

A História Oral mais do que falar sobre eventos, remete a significados, a subjetividade dos narradores, a recuperação do vivido, segundo a concepção de quem o vivenciou. Através dela equacionam-se as relações entre passado e presente, ao se explorar os nexos entre Memória e História na tentativa de fornecer um sentido de utilidade prática, pública e imediata ao que é estudado, compreendendo o passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado.

Para Ferreira (2002), uma avaliação mais detida do campo da História Oral permite-se perceber duas linhas de trabalho que, embora não excludentes revelam perspectivas distintas. A primeira delas utiliza a denominação História

<sup>3</sup> Grifos da autora.

Oral e trabalha prioritariamente com os depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. Uma outra perspectiva no campo da História Oral é aquela que privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às afinidades entre Memória e História, procurando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado.

As potencialidades do trabalho com a História Oral são a interatividade entre entrevistado e entrevistador, a vantagem de oferecer oportunidade de expressão aos que não se expressaram em documentos oficiais, e a possibilidade de oferecer ao pesquisador a possibilidade de observar a linguagem corporal do informante. (RODRIGUES, 2007) Colhida por meio de entrevistas de variada forma, a História Oral registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período do tempo. (QUEIROZ, 1988; p.19)

Para a utilização da História Oral faz-se ainda necessário atentar para os limites da metodologia proposta. Entre eles estariam sua aplicabilidade em épocas contemporâneas, ou seja, História do tempo presente; o predomínio da subjetividade; as influências do transcritor da entrevista (DELGADO, 2006). Jucá alerta que a metodologia empregada faz com que os elementos transmitidos pela Memória sejam apurados pelo senso crítico do historiador, sem esquecer o perigo de destruir o valor da informação espontânea, presente nos relatos obtidos. (JUCÁ, 2011; p.41-42) Pode-se atentar ainda se-

gundo Haguette (1992), que a História Oral como técnica de captação de dados apresenta dificuldades, pois, pode-se dizer que tudo que é oral, gravado e preservado pode ser considerado História Oral.

Para a escolha dos sujeitos/colaboradores será realizado um levantamento preliminar, identificando enfermeiros que foram alunos e professores da EESVP. Neste levantamento buscar-se-á informações nas entidades de classe, como Conselho Regional de Enfermagem Seção Ceará (COREN-CE), Associação Brasileira de Enfermagem Seção Ceará (ABEn-CE), Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Ceará (SENECE), bem como, com as Universidades. De posse do primeiro levantamento, os sujeitos mais idosos, terão prioridades para o início dos contatos e agendamento da entrevista, seguido do contato direto para explicar a pesquisa, apresentar o termo de concessão de direitos e o termo de consentimento livre esclarecido.

O processo de coleta dos dados se iniciará, conforme orienta o processo de produção de fontes orais na pesquisa histórica de Alberti (2006), que é dividido em três momentos:

- a) preparação das entrevistas: esta etapa abrange a elaboração do projeto de pesquisa e dos roteiros das entrevistas. Nessa parte o pesquisador deve informar o tema da pesquisa, qual a questão que está sendo perseguida e o motivo da escolha pela metodologia da História Oral; deter um conhecimento prévio do universo a ser estudado; conhecer o papel

dos possíveis participantes da pesquisa (quais os mais representativos, os desviantes, sua biografia); escolher qual o tipo de entrevista a ser realizada (temática ou História de vida) e elaborar os roteiros de entrevistas (geral, individual e parcial).

- b) realização das entrevistas: nesta etapa o autor sugere a adoção de um caderno de campo, no qual poderão ser registradas as razões da escolha do entrevistado, a descrição do contato inicial, as impressões sobre a entrevista em si, a forma pelo qual o entrevistado percebe o assunto a ser entrevistado, os nomes próprios mencionados, as questões suscitadas ou as circunstâncias que interferiram na gravação; aconselha ao iniciar a gravação gravar uma espécie de cabeçalho da entrevista, informando nome do entrevistado, dos entrevistadores, data, local e projeto de pesquisa; e alerta para a assinatura do termo de cessão de direitos, quando a entrevista for aberta a consulta por outros pesquisadores.
- c) tratamento dos dados coletados: compreende o manuseio dos depoimentos coletados, sua duplicação com vistas a produção de cópias de segurança, sua transcrição; edição do texto final; e sua interpretação e análise. Quanto a esta última fase o autor destaca que é preciso saber ouvir o que a entrevista tem a dizer tanto no que diz respeito as condições de sua produção quanto no que diz respeito a sua narrativa, sendo esta última sempre contextualiza-

da e comparada com outras fontes, afim de diferir fatos de representações.

No caso desta proposta de pesquisa se escolhe trabalhar com a entrevista temática, pois se referem a experiências ou processos vividos ou testemunhados pelos entrevistados, no caso da nossa proposta, dos sujeitos que vivenciaram os anos de existência da EESVP, desenvolvimento e inserção da vida profissional da Enfermagem no Estado do Ceará, atores que definiram seus rumos e estratégias. Quanto à elaboração dos roteiros de entrevistas, optou-se pela elaboração de um roteiro geral aplicado primeiramente, e num segundo momento com a utilização dos dados já coletados e de documentos fornecidos pelo entrevistado, a aplicação do roteiro individual a fim de complementar informações e incluir outras.

### Considerações Finais de Uma Reflexão Inicial

Do exposto, se evidencia a necessidade de historicizar a Memória, e, portanto, multiplicar as contribuições que se inseriram numa linha de pesquisa, no caso, de História e Memória da Formação da Enfermeira no Ceará, fazendo justiça aos precursores desta História e, conseqüentemente, construindo um porto de referência para o presente e o futuro dessa profissão. A necessidade está posta e esta proposta é uma esperança para Enfermagem do Ceará, uma vez que a Identidade de um grupo não existe se não forem registradas, contadas e preservadas sua História e Memória.

### Referências

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2006. p.155-202
- ARARIPE, Fatima M A. Biblioteca: lugar de memória. In: VASCONCELOS, Jose G; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G. *Memórias no Plural*. Fortaleza: LCR, 2001. 71-76p.
- BOSI, Ecleá. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ed. São Paulo Companhia das Letras, 1994. 484p.
- BURKE, Peter. “História como memória social”. *Varietades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.
- CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Acadêmico*. Nº18 Maio de 2010. 153-161p.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo e identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.
- GARCIA, Tulia F M. *Educação permanente: memória e terceira idade*. In: VASCONCELOS, Jose G; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G. *Memórias no Plural*. Fortaleza: LCR, 2001. 88-98p.
- HAGUETTE, Tereza Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. 224p.

JUCÁ, Gisafran N. M. *A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana*. 2 ed. Fortaleza: Premium, 2011. 153p.

JUCÁ, Gisafran N. M. As trilhas opcionais nos caminhos da história. In: VASCONCELOS, Jose G; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G. *Memórias no Plural*. Fortaleza: LCR, 2001. 11-17p.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 3ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 535-549.

LE GOFF, Jacques. História. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 3ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 17-167.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 3ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 423-485.

LE GOFF, Jacques. Passado/Presente. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 3ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 203-233.

MAGALHAES JUNIOR, Antonio Germano; CECATTO, Adriano; SILVA NETA, Maria de Lourdes. Fonte imagética: evidencia e representação. In: RODRIGUES, Rui M; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G; LIMA, Jeimes Mazza C; MARQUES, Janotte Pires. *Historia da Educação: teorias, métodos e fontes*. Fortaleza: EdUECE, 2012. 27-44p.

MESQUITA, Andrea P. O banquete mnemônico. In: VASCONCELOS, Jose G; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G. *Memórias no Plural*. Fortaleza: LCR, 2001. 129 — 138p.

MIRANDA, Sonia Regina. Nos fios da memória: elos geracionais e lugares da história para alemã da sala de aula. In: RIOS, Kenia Sousa; FURTADO FILHO, Joao Ernani. *Em tempo: Memória, História e Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. 345-360p.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Historia oral e memória: acultura popular revisitada*. 3ªed. São Paulo: Contexto, 1994.

NORA, Pierre. *Entre memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História, nº10 São Paulo: PUC 1993. p.7-24.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. A memória na reconstrução das histórias da docência. In: VASCONCELOS, Jose G; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G. *Memórias no Plural*. Fortaleza: LCR, 2001. 18-26p.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, nº 10. 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silencio. *Estudos Historicos*, Rio de JANEIRO: v 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alexandre. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. vol 15, 1997. p.13-49.

PROUST, Marcel. *O tempo redescoberto*. Porto Alegre: Globo. 1958.

QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; VASCONCELOS, JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula; ARAUJO, Jose Edvar Costa de. *História da educação — vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p.476-497.

RAMOS, Francisco Regis L. Utilidades do Passado: museu, memória e ensino de Historia. In: CAVALCANTE, Maria Juraci M; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; ARAUJO, Jose Edvar Costa de; HOLANDA, Patrícia Helena C. *Historia da Educação Comparada: discursos, símbolos da Educação Popular, Cívica e Religiosa*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p.27-51.

RODRIGUES, Rui Martinho. *Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas*. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, I. E. dos. *Texto selecionado de métodos e técnicas de pesquisa científica*. 4ª ed revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Impetus, 2003. 359p.

SILVA, Kalina V; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.439p.

## Grupo de Trabalho 5

### COMUNICAÇÕES

# Culturas e Práticas Educativas Digitais

